

Associação Real Holandesa de Comércio de Bolbos e Viveiros de Plantas (Anthos)

Condições gerais de fornecimento e de pagamento para Portugal relativas a produtos de viveiros de arvores

Secretariado: Caixa Postal 170, NL-2180 AD Hillegom, Países-Baixos
Tel: +31 (0)252 535080, Fax: +31 (0)252 535088

A. Aplicação

1. As presentes condições só são aplicáveis aos contratos em que uma das partes seja membro da Anthos no momento da celebração do contrato; nomeadamente, no âmbito das presentes condições gerais, são igualmente considerados membros outras sociedades directa ou indirectamente associadas a uma empresa que é membro da Anthos (por exemplo, uma sociedade associada, filial ou detentora de um membro).
2. Se um contrato remeter para as presentes condições, e neste contrato apenas forem envolvidas partes não-membros, as condições a seguir referidas não se aplicam.
3. Se um contrato remeter para as presentes condições, sendo que nenhuma das partes é membro da Anthos, tal actuação viola a lei e o direito de autor.
4. As presentes condições são exclusivamente aplicáveis nas negociações com as nossas (futuras) contrapartes ("**Compradores**"), fazendo parte de todos os futuros contratos de compra e dos contratos relacionados ("**Contratos**") que se venham a celebrar com os mesmos.
5. A aplicação de quaisquer outras condições gerais estabelecidas por parte dos nossos clientes é expressamente negada.
6. As presentes condições poderão apenas ser alteradas ou acrescentadas por escrito e com o nosso expresso consentimento, mediante análise caso a caso.

B. Preços

Os preços acordados serão expressos em Euro, sem IVA. A menos que seja estabelecido outro acordo, os preços não incluem: a embalagem, os encargos de transporte até ao local de fornecimento e os prémios de seguro com este relacionados, os encargos do controlos de qualidade, nem taxas de contribuições e impostos que possam ser cobrados até ao momento em que o fornecimento é efectuado.

C. Pagamentos

1. A menos que acordado de outra forma por escrito, o comprador ficará obrigado a efectuar o pagamento das nossas facturas, na divisa indicada nas mesmas, dentro de um prazo de trinta (30) dias a partir da data de facturação, sem que haja qualquer tipo de possibilidade de compensação. Todos os pagamentos deverão ser efectuados no nosso escritório nos Países-Baixos ou depositados numa conta bancária por nós indicada.
2. Se for estabelecido pagamento por transferência bancária, o comprador assumirá todos o encargos daí resultantes. Estamos autorizados a cobrar o reembolso destes e de quaisquer outros encargos adicionais.
3. O comprador que anule um contrato ficará obrigado a indemnizar os prejuízos por nós sofridos na sequência da anulação. O valor do prejuízo a ser pago importa no mínimo em trinta por cento (30%) do preço de compra a ser pago na sequência da anulação do Contrato, sem prejuízo do nosso direito à compensação dos danos reais.
4. A partir do dia em que se deveria efectuar algum pagamento, até ao dia do pagamento na totalidade, o comprador é-nos devedor de juros sobre a quantia que se encontra em aberto 15 à percentagem de 1,25%) por mês, sem que seja necessário qualquer aviso prévio ou prova de incumprimento.
5. Assiste-nos o direito de adiar as nossas obrigações para com o comprador caso este não cumpra os seus deveres ou até que os cumpra. As consequências e os riscos daí resultantes deverão ser assumidos por conta e risco do comprador.
6. Para além da quantia que nos é devida, assiste-nos o direito de endossar ao comprador todos os encargos resultantes do seu não pagamento, incluindo tanto os encargos jurídicos como os não jurídicos relacionados com a cobrança. Os encargos não jurídicos relacionados com a cobrança importam em quinze por cento (15%) do valor a pagar, num mínimo de Euro 908.
7. Caso o comprador não efectue o pagamento da mercadoria adquirida dentro de prazo de quarenta e oito (48) horas após a recepção da nossa notificação de falta de pagamento, assiste-nos-á o direito de anulação total ou parcial do Contrato subjacente, bem como de quaisquer outros Acordos celebrados entre nós e o comprador, sem prejuízo do nosso direito de indemnização.
8. Assiste-nos o direito de informar a Associação relativamente ao nome dos compradores que não tenham cumprido os seus deveres para conosco.

D. Propostas e Contratos

1. Os contratos entrarão em vigor por uma das seguintes formas: (i) através do envio ao comprador da nossa confirmação do mesmo por escrito (ii) ou, através do fornecimento da encomenda.
2. As nossas ofertas de preço, tarifários e qualquer tipo de informação que lhe venhamos a fornecer por qualquer meio, relativamente aos fornecimentos por nós efectuados ou a efectuar (tais como imagens, desenhos, e dimensões), não têm para nós qualquer carácter vinculativo.
3. O comprador ficará vinculado a qualquer uma das propostas que tenha apresentado desde que não tenha havido anulação da mesma pela nossa parte.
4. Se por qualquer razão os produtos encomendados não puderem ser fornecidos quer temporária quer definitivamente, reservamo-nos o direito de fornecer outro produto que mantendo o preço estabelecido corresponda o melhor possível ao produto originalmente encomendado.
5. Ficaremos apenas vinculados às entidades que com base na lei ou através dos nossos estatutos possuam competência para nos representar. Para este efeito, quaisquer outras entidades necessitarão de uma autorização por escrito da parte de uma ou mais entidades mencionadas na frase anterior.

E. Fornecimento

1. A menos que por acordo escrito seja estipulado outra forma, o fornecimento terá lugar a partir do nosso armazém ou viveiro.
2. O comprador ficará obrigado a receber os produtos por nós fornecidos na sequência do Contrato.
3. As condições de fornecimento correntes para o transporte internacional de mercadorias e em Contratos tais como franco de porte, F.O.B. e C.I.F., serão interpretadas, na medida do possível, de acordo com a última versão do Incoterms da Câmara de Comércio Internacional de Paris.
4. Os produtos vendidos serão embalados e transportados conforme as instruções contidas no acordo a estabelecer entre nós e o comprador. Caso as mesmas instruções não sejam cumpridas, assumiremos a responsabilidade pela embalagem e pelo transporte, mediante análise caso a caso e dentro de normas por nós consideradas justas.
5. As datas de fornecimento e as prescrições de qualidade por nós indicadas são consideradas por aproximação. Não somos responsáveis por fornecimentos que não sejam efectuados nas alturas estipuladas. Caso o fornecimento não seja efectuado dentro do prazo por nós estipulado, assistirá apenas ao comprador o direito de anulação do contrato e de reembolso de eventuais pagamentos já efectuados, caso este nos comunique por escrito o incumprimento, concedendo-nos um prazo razoável para que possamos suprimir o mesmo.
6. Caso se estipulem fornecimentos parciais dentro de um determinado período, o comprador ficará obrigado a solicitar os fornecimentos com uma margem de tempo razoável sobre o mesmo período. Caso não o cumpra, tomaremos a liberdade de resolver livremente o Contrato, no que diz respeito ao pedido de entregas não solicitado, sem prejuízo do nosso direito de indemnização, ou de efectuar ainda os fornecimentos nas alturas e nas quantidades por nós estipuladas.
7. Caso estejam estipulados fornecimentos parciais e não se tenham ainda efectuado todas as entregas e, caso tenha ficado acordado que os fornecimentos deveriam ser efectuados mediante solicitação e a mesma ainda não tenha sido feita, assistir-nos-á o direito de efectuar as entregas do Outono após o dia 15 de Novembro, bem como de efectuar as entregas do princípio do ano após o dia 1 de Abril do ano em que as entregas deverão ser efectuadas.
8. Mesmo que não exista um acordo expresso, assiste-nos o direito de executar o Contrato através de entregas parciais.
9. Não nos responsabilizaremos perante o comprador por danos decorrentes do facto de a nossa prestação ter sido bloqueada, dificultada, retardada, ou se a mesma tiver sido impossibilitada por motivos de ordem económica decorrentes de circunstâncias (tais como desastres ecológicos, inundações, bloqueios (de estradas) e greves) através das quais e na sequência das quais, a gerência da nossa empresa não possa exercer qualquer influência, independentemente das mesmas circunstâncias estarem previstas ou poderem ser previstas no momento da celebração do Contrato.

F. Impossibilidade de pagamento por parte do comprador

1. Caso o comprador não efectue atempadamente o pagamento das suas dívidas, ou chegue, a este respeito, a um acordo com os seus credores, ou se o comprador for submetido a medidas jurídicas que poderão ser aplicadas por força do respectivo direito, relativamente a devedores que não queiram ou não possam saldar completamente as suas dívidas, ou se o comprador deixar de cumprir as suas obrigações sem que tenha sido estabelecido qualquer Contrato connosco, ficaremos autorizados a anular, por escrito, quaisquer Contratos por nós estabelecidos com o comprador, sem prejuízo da execução de quaisquer outros direitos contidos em qualquer outro tipo de Contrato estabelecido com o comprador.

2. O comprador tem conhecimento de que nós assumimos perante a Associação o dever de adiar os nossos compromissos para com os compradores, até que os mesmos satisfaçam as suas obrigações perante um ou mais sócios da Associação.

G. Reclamações

1. O comprador deverá verificar os produtos que lhe foram fornecidos imediatamente após a sua recepção. No caso de falhas visíveis e de faltas, o comprador tem oito (8) dias após o fornecimento para reclamar, por escrito, a natureza da deficiência, sob pena de perda do direito de reclamação.
2. Caso existam deficiências que não sejam visíveis (tais como autenticidade espécie da e pureza da raça) o comprador tem oito (8) dias após essa deficiência ter sido detectada, ou poder ter sido detectada, para reclamar, especificando a natureza da não conformidade. Caso o comprador anule completamente ou parcialmente uma encomenda, então este terá que compensar o vendedor pelo prejuízo que daí resulta. O prejuízo é contabilizado como 10% do valor líquido da factura da encomenda anulada. A prova de um prejuízo superior ficará salvaguardada. Quando a recepção de uma entrega for recusada, o comprador será responsabilizado pelos custos e prejuízos que daí resultarão. Caso a recepção de uma encomenda seja recusada, o vendedor terá o direito de estabelecer um preço que lhe pareça aceitável e de, sem aviso prévio, debitar ao comprador o valor em falta, mesmo que não tenham sido cumpridas as condições que a isto digam respeito.
3. Não garantimos qualquer resultado de cultivo ou de crescimento dos produtos por nós fornecidos. A garantia que o vendedor dá acerca da autenticidade da espécie, baseia-se na Lista de Nomes de plantas de madeira e na Lista de Nomes das plantas firmes do centro de investigação "Boomteeltpraktijkonderzoek" em Boskoop (Países-Baixos).
4. Caso consideremos necessário efectuar alguma investigação ou tomar quaisquer outras medidas, para efeitos de apuramento da nossa responsabilidade perante a não conformidade apontada, o comprador deverá prestar toda a colaboração necessária.
5. Caso sejamos responsáveis por um defeito ou falta da entrega, procederemos por nossa própria iniciativa
 - (a) ao crédito ao comprador do preço de compra do produto com defeito ou não fornecido; ou
 - (b) à entrega do produto em falta ou à substituição do produto com defeito por um outro em boas condições.
6. O apuramento da nossa responsabilidade nunca poderá dar origem a qualquer outra obrigação da nossa parte que não a obrigação mencionada na alínea anterior.

H. O direito de proprietário e o direito intelectual

1. Os produtos fornecidos serão da nossa exclusiva propriedade até ao momento em que forem saldadas todas as dívidas do comprador para conosco. Até essa data, o comprador ficará obrigado a manter os produtos comprados separados dos outros, mantendo-os claramente identificados como propriedade nossa. O comprador deverá ainda informar a sua contraparte da existência de tal reserva de propriedade, por exemplo, notificando este facto na embalagem dos produtos por ele (re)vendidos.
2. A reserva de propriedade concede ao comprador o direito de vender os produtos aos seus clientes dentro do funcionamento normal da sua empresa, bem como o direito de livremente transformar o produto, desde que não façamos uso do direito de retirar os referidos direitos ao comprador, por não cumprimento dos seus deveres de comprador para conosco.
3. Nos casos em que o catálogo utilizado pelo vendedor ou que o contrato celebrado entre as partes tem uma raça que está sujeita a direitos de autor por parte do proprietário do viveiro - o que será indicado pela letra R ou pela letra P atrás do nome da respectiva raça - então o comprador terá que respeitar todas as obrigações relacionadas com os direitos relevantes. No caso de uma raça (já) não estar protegida na Holanda pela protecção de direitos de autor de proprietários de viveiros, mas que no Portugal ainda esteja patenteada, então o comprador também ainda terá que respeitar todas as obrigações relacionadas com os direitos relevantes.

A infracção destas regulamentações tem como consequência para o comprador a total responsabilidade por danos provocados ao vendedor e a terceiros que daí resultem.

I. Divergências

1. Se houver entre as partes contratantes uma contenda sobre a qualidade dos produtos fornecidos, compete a cada uma das ditas partes - caso estas entre si não tenham conseguido chegar a um acordo amistoso - dirigir-se ao secretário da Liga, o qual terá de tentar chegar a tal acordo.
2. Caso não se consiga chegar ao acordo amistoso tal como referido no parágrafo 1, as partes podem dirigir-se, juntas, ao Secretariado da Liga com o pedido de este formar uma comissão de arbitragem, composta

de três árbitros, os quais, na capacidade de bons árbitros e excluindo a intervenção de um juiz, deverão decidir o caso proferindo uma sentença ou decisão arbitrativa. Esta decisão ou sentença vinculará ambas as partes, as quais devem contribuir, antecipadamente, uma parcela dos custos da arbitragem, devendo a dita parcela ser igual para cada parte contratante.

3. Em todos os Contratos por nós celebrados e para todas estas Condições será exclusivamente aplicada a Legislação Holandesa. Está expressamente excluída a possibilidade de adaptação do Acordo de 11 de Abril de 1980 relativamente a acordos internacionais de compra de produtos móveis (o "Acordo de Compra de Viena").

J. Responsabilidade pelo produto

1. Quando os produtos comprados forem vendidos a terceiros o comprador ficará obrigado a fornecer aos seus compradores toda a informação relativa aos mesmos, a qual será útil e necessária para evitar danos pessoais ou a produtos resultantes da utilização ou da posse dos referidos produtos.
2. O comprador deverá indemnizar por todos os encargos e prejuízos pelos quais seríamos responsabilizados devido à cláusula de responsabilidade pelo produto, desde que a responsabilidade resulte do não cumprimento por parte do comprador das suas obrigações, de acordo com a primeira alínea deste artigo.

Versie april 2001

Gewijzigd juni 2006 toevoeging artikel 1

KONINKLIJKE HANDELSBOND VOOR BOOMKWEKERIJ- EN BOLPRODUCTEN

Algemene leverings- en betalingsvoorwaarden ten aanzien van Portugal met betrekking op boomkwekerijproducten

Secretariaat: Postbus 170, NL-2180 AD Hillegom, Nederland
Tel: +31 (0)252 535080, Fax: +31 (0)252 535088

A. Toepasselijkheid

1. Deze voorwaarden zijn alleen toepasselijk op overeenkomsten waarbij een van de partijen op het moment van sluiting van de overeenkomst lid is van Anthos, waaronder tevens in het kader van deze algemene voorwaarden worden geacht te behoren andere vennootschappen die direct of indirect verbonden zijn met een onderneming die lid is van Anthos (bijvoorbeeld zuster-, dochter- of moedermaatschappijen van het lid).
2. Indien een overeenkomst verwijst naar deze voorwaarden, en bij deze overeenkomst alleen niet-leden zijn betrokken, zijn de hieronder genoemde voorwaarden niet van toepassing.
3. Indien een overeenkomst verwijst naar deze voorwaarden, terwijl de partijen allebei geen lid zijn van Anthos, wordt tevens gehandeld in strijd met de wet en het auteursrecht.
4. Deze voorwaarden zijn van toepassing op onze onderhandelingen met onze (toekomstige) wederpartijen ("**Kopers**") en zij maken deel uit van alle koopovereenkomsten en daarmee samenhangende overeenkomsten ("**Overeenkomsten**") die wij met hen zullen sluiten.
5. De toepasselijkheid van de algemene voorwaarden van onze Kopers wordt door ons uitdrukkelijk afgewezen.
6. Deze Voorwaarden kunnen alleen schriftelijk, van geval tot geval, en met onze uitdrukkelijke instemming worden gewijzigd of aangevuld.

B. Prijzen

De overeengekomen prijzen worden uitgedrukt in Euro, exclusief B.T.W.. Tenzij uitdrukkelijk anders is overeengekomen zijn de prijzen exclusief verpakking, exclusief transportkosten tot aan de plaats van aflevering en daarmee verband houdende verzekeringspremies, exclusief de kosten voor kwaliteitskeuringen en exclusief heffingen en belastingen die tot aan het tijdstip van aflevering mochten worden opgelegd.

C. Betaling

1. Tenzij schriftelijk anders is overeengekomen is de Koper gehouden onze facturen in de daarin vermelde valuta binnen dertig (30) dagen na factuurdatum zonder enige schuldvergelijking te voldoen. Alle betalingen dienen effectief in Nederland op ons kantoor dan wel op een door ons aangewezen bankrekening te geschieden.
2. Wanneer betaling bij accredietief is overeengekomen draagt de Koper alle daaraan verbonden kosten. Wij zijn bevoegd deze en alle overige extra kosten onder rembours te verrekenen.
3. De Koper die een Overeenkomst annuleert is gehouden de door ons ingevolge de annulering te lijden schade te vergoeden. Het te betalen schadebedrag bedraagt minimaal dertig procent (30%) van de ingevolge de geannuleerde Overeenkomst te betalen koopprijs, onverminderd ons recht op vergoeding van onze werkelijke schade.
4. Vanaf de dag waarop enige betaling had moeten plaatsvinden tot de dag van algehele voldoening is Koper aan ons, zonder dat enige aanmaning of ingebrekestelling is vereist, een rente over het openstaande bedrag verschuldigd van 15 procent (1,25%) per maand.
5. Wij hebben het recht onze verplichtingen jegens de Koper op te schorten indien en zolang de Koper zijn verplichtingen niet nakomt. Alle hieruit voortvloeiende consequenties komen voor rekening en risico van de Koper.
6. Buiten het verschuldigde bedrag zijn wij gerechtigd van Koper alle kosten te vorderen die door zijn niet-betaling zijn veroorzaakt waaronder begrepen zowel de gerechtelijke incassokosten als de buitengerechtelijke inningskosten. De buitengerechtelijke inningskosten bedragen vijftien procent (15%) van het te vorderen bedrag met een minimum van Euro 908.
7. Indien de gekochte zaken niet binnen achtenveertig (48) uren na ontvangst door de Koper van onze ingebrekestelling, worden betaald, zijn wij gerechtigd de onderliggende Overeenkomst, en elke andere tussen Koper en ons bestaande Overeenkomst, geheel of gedeeltelijk te ontbinden, onverminderd ons recht op schadevergoeding.
8. Wij hebben het recht de Bond op de hoogte te stellen van de namen van Kopers die hun verplichtingen jegens ons niet nakomen.

D. Aanbiedingen en Overeenkomsten

1. Overeenkomsten komen uitsluitend op één der navolgende wijzen tot stand: (i) door onze schriftelijke bevestiging daarvan aan de Koper en (ii) doordat wij de bestelde zaken afleveren.
2. Onze offertes en prijsopgaven en elke informatie die wij op welke wijze ook zullen verstrekken met betrekking tot door ons geleverde of te leveren zaken (zoals afbeeldingen, tekeningen en maten), binden ons niet.
3. De Koper is gebonden aan elk door hem gedaan aanbod zolang wij zodanig aanbod niet hebben geweigerd.
4. Indien de bestelde zaken door welke oorzaak ook tijdelijk of definitief niet meer leverbaar zijn behouden wij ons het recht voor andere zaken te leveren die, onder handhaving van de overeengekomen prijs, zoveel mogelijk overeenkomen met de oorspronkelijke bestelde zaken.
5. Alleen zij die op grond van de wet of onze statuten bevoegd zijn ons te vertegenwoordigen, kunnen ons binden. Anderen hebben hiervoor een schriftelijke machtiging nodig van één of meer der in de vorige zin bedoelde personen.

E. Levering

1. Tenzij schriftelijk anders is overeengekomen geschiedt levering ex onze opslagruimte of ex kwekerij.
2. De Koper is gehouden door ons ingevolge Overeenkomsten aangeboden zaken in ontvangst te nemen.
3. In het handelsverkeer gebruikelijke en in Overeenkomsten opgenomen leveringscondities zoals franco, f.o.b. en c.i.f. worden zoveel mogelijk geïnterpreteerd volgens de laatste versie van de Incoterms van de Internationale Kamer van Koophandel te Parijs.
4. De verkochte zaken worden door ons in overeenstemming met door de Koper te geven instructies verpakt en vervoert. Bij gebreke van zodanige instructies zullen wij, met inachtneming van van geval tot geval door ons redelijk te achten normen, voor verpakking en vervoer zorgdragen.
5. Door ons opgegeven leveringsdata en kwaliteitsomschrijvingen gelden bij benadering. Wij zijn niet aansprakelijk wegens verzuim te leveren op bepaalde tijdstippen. Indien levering niet plaatsvindt binnen de door ons opgegeven leveringsdata, is de Koper uitsluitend gerechtigd de overeenkomst te annuleren en reeds hierop verrichte betalingen terug te vorderen nadat hij ons schriftelijk in gebreke heeft gesteld waarbij ons alsnog een redelijke termijn is gegund behoorlijk na te komen.
6. Wanneer wordt overeengekomen dat wij moeten leveren in deelleveringen binnen een bepaalde tijdsperiode is Koper verplicht de leveringen met een redelijke spreiding over deze periode af te roepen. Blijft hij daarmee in gebreke, dan kunnen wij geheel naar eigen keuze de Overeenkomst wat betreft de niet afgeroepen leveringen onverminderd ons recht op schadevergoeding, ontbinden dan wel alsnog leveren op door ons te bepalen tijdstippen en in door ons te bepalen hoeveelheden.
7. Wanneer is overeengekomen dat wij moeten leveren in deelleveringen, en nog niet alle leveringen hebben plaatsgevonden en indien is afgesproken dat leveringen na afroep zullen geschieden en de afroep nog niet heeft plaatsgevonden, hebben wij het recht de herfstleveranties na 15 november en de voorjaarsleveranties na 1 april van het jaar waarin geleverd moet worden uit te voeren.
8. Ook als dat niet uitdrukkelijk overeengekomen is zijn wij gerechtigd de Overeenkomst door middel van deelleveringen uit te voeren.
9. Wij zijn niet aansprakelijk jegens de Koper voor schade die deze mocht lijden indien enige prestatie onzerzijds wordt verhinderd, bemoeilijkt, vertraagd dan wel niet meer op economische basis voor ons uitvoerbaar is als gevolg van omstandigheden (zoals natuurrampen, overstromingen, (weg)blokkades, en stakingen) waarop, en op de gevolgen waarvan, onze bedrijfsleiding geen invloed kan uitoefenen ongeacht of die omstandigheden te voorzien zijn of voorzien konden worden op het moment dat de Overeenkomst tot stand kwam.

F. Betalingsonmacht van de Koper

1. Indien de Koper nalaat zijn schulden tijdig te voldoen of hierover een akkoord met zijn schuldeisers sluit, dan wel indien Koper onderworpen wordt aan maatregelen die volgens het daarop toepasselijke recht genomen kunnen worden met betrekking tot schuldenaren die niet al hun schulden willen of kunnen voldoen, dan wel indien Koper zou nalaten aan zijn verplichtingen onder enige Overeenkomst met ons te voldoen, zijn wij bevoegd door enkele schriftelijke kennisgeving elk van onze Overeenkomsten met de Koper te ontbinden, onverminderd de uitoefening van andere rechten onder welke Overeenkomst met Koper dan ook.
2. De Koper is ervan op de hoogte dat wij ons jegens de Bond verplicht hebben onze verplichtingen jegens Kopers op te schorten zolang die Kopers hun verplichtingen jegens één of meer leden van de Bond niet nakomen.

G. Reclames

1. Koper dient de aan hem geleverde zaken dadelijk na ontvangst te inspecteren. In geval van zichtbare gebreken en manco's dient Koper binnen acht (8) dagen na aflevering, schriftelijk, onder opgave van de aard van de tekortkoming, bij ons te reclameren op straffe van verval van enig recht daartoe.
2. In geval van verborgen gebreken (zoals soortechtheid en raszuiverheid) dient Koper binnen acht (8) dagen nadat zodanig gebrek ontdekt is of had kunnen worden, te reclameren onder vermelding van de aard van de non-conformiteit. Wordt een door de koper verstrekte order geheel of gedeeltelijk geannuleerd, dan dient hij de ingevolge hiervan bij verkoper ontstane schade te vergoeden. De schade wordt met 10% van de netto-faktuurwaarde van de geannuleerde order berekend. Het bewijs van een hogere schade blijft voorbehouden. Wanneer afname wordt geweigerd is de koper voor de daaruit voortvloeiende kosten en schade aansprakelijk. Indien afname wordt geweigerd, heeft de verkoper het recht de produkten ook zonder dat aan de hiervoor genoemde voorwaarden is voldaan, zonder voorafgaande mededeling vrij tegen een hem acceptabel lijkende prijs op rekening van de in verzuim zijnde koper verder te verhandelen.
3. Wij garanderen geen kweek- dan wel groeiresultaat van de geleverde zaken. De soortechtheid die verkoper garandeert is gebaseerd op de Naamlijst van houtige gewassen en de Naamlijst van vaste planten van het Boomteeltpraktijkonderzoek te Boskoop (Nederland).
4. Indien wij voor de vaststelling van onze aansprakelijkheid wegens non-conformiteit enig onderzoek of andere maatregelen noodzakelijk achten zal Koper hieraan alle medewerking verlenen.
5. Indien wij aansprakelijk zijn voor een gebrek of manco zullen wij, naar onze vrij keuze
 - (a) de koopprijs voor de gebrekkige of niet geleverde zaak aan Koper crediteren; of
 - (b) de niet geleverde zaak alsnog leveren of de gebrekkige zaak vervangen door een deugdelijk exemplaar.
6. Onze aansprakelijkheid leidt nimmer tot enige andere verplichting onzerzijds dan één der in het vorige lid genoemde.

H. Eigendomsvoorbehoud en intellectueel eigendom

1. Geleverde zaken blijven bij uitsluiting ons eigendom tot aan het moment waarop al onze vorderingen op Koper volledig zijn gekweten. Tot dan toe is Koper gehouden de gekochte zaken gescheiden van andere zaken, ze duidelijk geïdentificeerd als ons eigendom te bewaren, en de Koper dient zijn wederpartij op het bestaan van het eigendomsvoorbehoud te wijzen, bij voorbeeld door daarvan op de verpakking van de door hem (door)verkochte zaken melding te maken.
2. Het eigendomsvoorbehoud laat het recht van Koper om binnen de normale uitoefening van zijn bedrijf de produkten aan zijn afnemers te verkopen, alsmede zijn recht om de zaken te verwerken onverlet, zolang wij geen gebruik maken van ons recht deze rechten van Koper op te zeggen wegens niet nakoming door Koper van zijn verplichtingen jegens ons.
3. In die gevallen waarin uit de door de verkoper gehanteerde catalogus, dan wel uit de door partijen gesloten overeenkomst blijkt dat een ras kwekersrechtelijke bescherming geniet - hetgeen wordt aangeduid met de vermelding R of P achter de naam van het betreffende ras - is de koper gebonden aan alle met dat recht verband houdende verplichtingen. Indien een ras geen kwekersrechtelijke bescherming in Nederland (meer) geniet, doch in Portugal nog gepatenteerd is, is de koper eveneens gebonden aan alle met dat recht verband houdende verplichtingen.
Overtreding van deze bepalingen leidt ertoe dat de koper aansprakelijk is voor alle daaruit voor de verkoper en derden ontstane schade.

I. Geschillen

1. Bij geschillen over de kwaliteit van de geleverde producten tussen de contractanten kan elke partij zich, indien onderlinge schikking niet mogelijk is, tot de secretaris van de Bond wenden. Deze moet en zal trachten, een minnelijke schikking te bewerkstelligen.
2. Indien een minnelijke regeling zoals onder sub. 1 niet binnen 2 maanden tot stand komt, kunnen partijen zich gezamenlijk tot het secretariaat van de Bond wenden met het verzoek een arbitragecommissie te benoemen, samengesteld uit drie arbiters, die bij uitsluiting van de gewone rechter als goede scheidsmannen bij arbitraal vonnis of arbitrale beschikking beslissen. De uitspraak is bindend voor beide partijen. Beide partijen zullen een gelijk deel van de arbitragekosten vooraf voldoen.
3. Op al onze Overeenkomsten en op deze Voorwaarden is uitsluitend Nederlands recht van toepassing. De toepasselijkheid van het Verdrag van 11 april 1980 inzake internationale koopovereenkomsten betreffende roerende zaken (het "Weens Koopverdrag") wordt uitdrukkelijk uitgesloten.

J. Produktaansprakelijkheid

1. Bij verkoop van de gekochte zaken aan derden is de Koper verplicht al die informatie over die zaken aan

zijn kopers te verstrekken, die nuttig en nodig is ter vermindering van schade aan personen of zaken ingevolge het gebruik of het bezit van die zaken.

2. De Koper zal ons vrijwaren voor alle kosten en schade waarvoor wij uit hoofde van produktaansprakelijkheid aansprakelijk zullen zijn, voor zover die aansprakelijkheid (mede) het gevolg is van Kopers niet-nakoming van zijn verplichting volgens het eerste lid van dit artikel.

Versie april 2001

Gewijzigd juni 2006 toevoeging artikel 1